

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001 / 2026

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001 / 2026 PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO, CUSTÓDIA, RESTITUIÇÃO E PREPARAÇÃO PARA LEILÃO DE VEÍCULOS RECOLHIDOS PELOS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ANEXO B – CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

TÍTULO I - DIRETRIZES GERAIS	3
1. DIRETRIZES GERAIS	3
2. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	3
TÍTULO II - DO OBJETO DA CONCESSÃO	5
3. DO OBJETO	5
4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	6
5. DO AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA E DA REMUNERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS DO PODER CONCEDENTE	8
6. DA CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO	9
7. DO SERVIÇO DE RECOLHIMENTO	11
8. DO SERVIÇO DE CUSTÓDIA	18
9. DO SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO	22
10. DO LEILÃO	26
11. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LEILÃO	30
12. DOS VEÍCULOS RECOLHIDOS POR PÁTIOS CREDENCIADOS	30
TÍTULO III - DA POLÍTICA TARIFÁRIA	31
13. DA POLÍTICA TARIFÁRIA	31
TÍTULO IV - DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO	33
14. DO CONTROLE E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO	33
TÍTULO V – DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS PÁTIOS	35
15. DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS POR CADA LOTE DE CONCESSÃO	35
16. DA LOCALIZAÇÃO DOS PÁTIOS	44
17. DOS PÁTIOS	44
18. DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO	47

TÍTULO I - DIRETRIZES GERAIS

1. DIRETRIZES GERAIS

1.1. Este **CADERNO DE ENCARGOS** especifica o objeto da **CONCESSÃO**, estabelecendo procedimentos para as **CONCESSIONÁRIAS**, em cada **LOTE**, na implantação, operação, manutenção e gestão dos **PÁTIOS** de veículos recolhidos, nos termos da competência do **DETRAN** e **DER**, no âmbito do Estado de São Paulo.

1.2. As diretrizes e procedimentos estabelecidos neste **CADERNO DE ENCARGOS** serão aplicáveis para todos os **LOTES** da **CONCESSÃO**, salvo quando se referir especificamente a um **LOTE** determinado.

1.3. Este **CADERNO DE ENCARGOS** será anexado ao **CONTRATO** quando de sua celebração.

1.4. As referências, neste **CADERNO DE ENCARGOS**, às normas técnicas e à legislação incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diversa.

1.5. O detalhamento dos Municípios que estão abrangidos em cada **LOTE** da **CONCESSÃO** encontra-se no **ANEXO G – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS LOTES**, observadas as orientações constantes do **TÍTULO V – DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS PÁTIOS** deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

1.6. A **CONCESSIONÁRIA** deverá indicar um responsável técnico pela execução do **CONTRATO**, o qual centralizará as informações e responsabilizar-se-á pela interlocução oficial com o **PODER CONCEDENTE**, **ARSESP** e **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**, conforme qualificação mínima descrita no subitem VII do item 16.5 do Edital.

2. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá prestar os serviços da **CONCESSÃO** respeitando os parâmetros estabelecidos neste **CADERNO DE ENCARGOS**, nas disposições do **CONTRATO** e demais normativas vigentes.

2.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá executar todos os serviços e dispor, por meio próprio ou por contratos com terceiros, de todos os recursos humanos, itens, materiais, equipamentos e insumos necessários para a prestação dos serviços da **CONCESSÃO**.

2.2.1. No caso de utilização de serviços de terceiros, a **CONCESSIONÁRIA** deverá assegurar que os contratos firmados garantam a plena disponibilidade, qualidade e conformidade dos recursos humanos, materiais, equipamentos e insumos necessários à prestação dos serviços da **CONCESSÃO**, observando integralmente os padrões técnicos, operacionais e regulatórios exigidos pelo **PODER CONCEDENTE** e pela **ARSESP**.

2.3. Sem prejuízo do disposto na legislação pertinente, bem como no **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, caberá à **CONCESSIONÁRIA** atender às seguintes premissas básicas:

2.3.1. Excelência na prestação de serviços, dispondo de ambientes confortáveis para atendimento do público, equipamentos em adequado nível de conservação e recursos humanos treinados e capacitados para a execução do objeto desta **CONCESSÃO**.

2.3.2. Responsabilidade pela conservação e segurança dos veículos que estiverem sob sua guarda e depósito, cabendo-lhe investir em equipamentos, pessoal e infraestrutura adequada a cada **PÁTIO**.

2.3.3. Observância e cumprimento das normas vigentes para o escoamento do público em situações normais e em caso de pânico, elaborando-se, para tanto, os devidos estudos que demonstrem o cumprimento das exigências aplicáveis.

2.3.4. Transparência e compartilhamento dos dados operacionais com o **PODER CONCEDENTE**, a **ARSESP** e **VERIFICADOR INDEPENDENTE**.

2.4. É de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a manutenção, sigilo e segurança dos dados aos quais tiver acesso, inclusive no que se refere aos dados inseridos e/ou importados dos sistemas disponibilizados pelo **PODER CONCEDENTE**, passando a responder civil e criminalmente pela adulteração, divulgação ou má utilização de dados e informações que tiver acesso, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) e as legislações que vierem a complementá-la ou substituí-la.

2.5. Os serviços, no âmbito da **CONCESSÃO**, deverão estar de acordo com as orientações estabelecidas pelo **PODER CONCEDENTE**, no exercício de suas competências regulamentares e de poder de polícia, bem como da **ARSESP**, no âmbito de sua competência regulatória e do **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

2.6. É responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** providenciar todas as autorizações, alvarás, licenças e aprovações necessárias junto aos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública nos âmbitos federal, estadual e municipal com vistas à execução das atividades relacionadas à **CONCESSÃO**, observado o disposto no **CONTRATO**.

2.7. A **CONCESSIONÁRIA** precisará atender todas as solicitações demandadas pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** no respectivo **LOTE**, devendo registrar todos os atos para a gestão adequada da qualidade da prestação de serviços junto ao **PODER CONCEDENTE**.

TÍTULO II - DO OBJETO DA CONCESSÃO

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da **CONCESSÃO** é a prestação de serviços de implantação, operação, manutenção e gestão dos **PÁTIOS** de veículos recolhidos, nos termos da competência do **DETRAN** e **DER**, no âmbito do Estado de São Paulo, incluindo as atividades de recolhimento, custódia, restituição, notificação, realização de atos preparatórios para o leilão e liberação dos veículos leiloados.

3.2. Caberá, obrigatoriamente, à **CONCESSIONÁRIA**, no mínimo, a prestação dos seguintes serviços:

3.2.1. Disponibilização de **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** integrado à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**, compondo a **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** da **CONCESSÃO**, para registro, controle e gestão de todos os serviços que compõem o objeto dessa **CONCESSÃO**, com acesso possibilitado à **ARSESP**, **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**, **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, **CENTRAL DE OPERAÇÕES DA**

POLÍCIA MILITAR, PODER CONCEDENTE e CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO da CONCESSIONÁRIA, na forma deste CADERNO DE ENCARGOS.

3.2.2. Implantação e operacionalização da CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO, na forma deste CADERNO DE ENCARGOS.

3.2.3. SERVIÇO DE RECOLHIMENTO que consiste nas atividades de recolhimento dos veículos nas **OPERAÇÕES** realizadas pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, DETRAN e DER**, no âmbito do Estado de São Paulo, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos necessários, a realização da vistoria inicial e a realização das notificações pertinentes a esta fase do processo.

3.2.4. SERVIÇO DE CUSTÓDIA que consiste nas atividades de guarda e zelo de veículo, que tenha sido objeto de **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO**, em **PÁTIO** da **CONCESSIONÁRIA**, incluindo o cadastro do veículo, a guarda em local apropriado, monitoramento e segurança dos veículos nos **PÁTIOS**, a restituição de veículo para o **CIDADÃO-USUÁRIO**, mediante prévio pagamento de todos os débitos incidentes devidos, bem como o reparo de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento, além de todas as notificações pertinentes a esta fase do processo.

3.2.5. SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE LEILÃO que consiste nas atividades de identificação, separação, exposição e avaliação do bem, assim como a realização de todos os atos preparatórios de leilão.

3.3. O objeto da **CONCESSÃO** poderá abranger a prestação dos serviços para outros órgãos ou entidades, não abrangidas no escopo original da **CONCESSÃO**, na forma das Cláusulas 5.5 do **CONTRATO**.

3.3.1. Em se materializando a hipótese prevista neste item, deverão ser respeitados os valores das **TARIFAS**, bem como todos os termos e condições estabelecidos no **CONTRATO**.

4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O atendimento ao público no **PÁTIO** deverá ser realizado de segunda a sexta, das

08h às 17h e, aos sábados, das 08h às 12h, respeitando-se os feriados nacionais, estaduais e municipais.

4.1.1. É vedada à **CONCESSIONÁRIA** a prática de suspensão ou redução do horário de atendimento ao público nos **PÁTIOS** em dias úteis, inclusive em datas que antecedam ou sucedam feriados nacionais, estaduais ou municipais. O atendimento deverá ser mantido nos horários definidos no item 4.1, salvo autorização expressa do **PODER CONCEDENTE** ou da **ARSESP**, devidamente motivada.

4.2. Independentemente do horário de atendimento estipulado, a **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO**, a **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** e os serviços de recolhimento e recepção dos veículos nos pátios deverão estar disponíveis durante todos os dias do ano, no período de 24h por dia, ao longo de todo o período de vigência do **CONTRATO**.

4.3. A **CONCESSIONÁRIA** é responsável por assegurar que os serviços sejam prestados por profissionais capacitados, com formação, habilitação e experiências compatíveis com as funções a serem desenvolvidas.

4.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer, aos seus colaboradores, ainda que terceirizados, crachá de identificação, conforme modelo aprovado pela **ARSESP**.

4.5. A **CONCESSIONÁRIA** deverá cumprir as orientações do **PODER CONCEDENTE** e da **ARSESP** quanto às atividades que demandem interação e coordenação com o **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** ou demais entidades da Administração Pública.

4.6. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar informações relativas aos serviços prestados para o **PODER CONCEDENTE**, para a **ARSESP** e para o **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, sempre que solicitado.

4.7. A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar Serviço de Atendimento ao Cliente nos termos da legislação vigente, disponibilizando, no mínimo, canal telefônico, sítio eletrônico e aplicativo para dispositivos móveis, e outros a critério da **CONCESSIONÁRIA**, para fornecimento de informações ao **CIDADÃO-USUÁRIO** sobre os **SERVIÇOS**, bem como para recebimento de solicitações, sugestões e reclamações, na forma da legislação vigente.

4.8. A **CONCESSIONÁRIA** deverá informar o **CIDADÃO-USUÁRIO** da existência de seus canais de atendimento, fixando cartazes em locais visíveis nas áreas de maior circulação dos **PÁTIOS**, de forma a garantir a ampla visualização e fácil acesso às informações.

4.9. O canal telefônico e atendimento via chat deve estar disponível durante todos os dias do ano, no período de 24h por dia.

4.10. O acesso ao sítio eletrônico e aplicativo deverá estar disponível 24 horas, durante todos os dias do ano.

4.11. As solicitações, sugestões e reclamações recebidas pela **CONCESSIONÁRIA** deverão ser respondidas e, caso possível, solucionadas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis a partir de seu recebimento.

4.12. O **PODER CONCEDENTE**, a **ARSESP** e o **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** deverão ter acesso aos registros de todas as solicitações, sugestões e reclamações recebidas pela **CONCESSIONÁRIA**, bem como do andamento do processo de solução ou resposta.

4.13. As solicitações, sugestões e reclamações recebidas pelo **PODER CONCEDENTE**, pela **ARSESP** e pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** serão encaminhadas à **CONCESSIONÁRIA** que deverá respondê-las e, caso possível, solucioná-las, no prazo de até 02 (dois) dias úteis a partir de seu recebimento.

5. DO AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA E DA REMUNERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS DO PODER CONCEDENTE

5.1. O suporte tecnológico à operação da **CONCESSÃO** será estruturado em duas camadas:

I – o **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**, destinada à gestão dos processos operacionais sob sua responsabilidade;

II – a **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**, provida pelo **PODER CONCEDENTE**, englobando sistemas e serviços, responsável pela interface com o **CIDADÃO-USUÁRIO**, integração com outros sistemas de informação e gestão de dados públicos, tais como

registros de veículos, infrações e penalidades.

5.2. O AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA deverá se integrar à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO** por meio de interface de programação de aplicações (API) e atender as especificações técnicas, na forma do **ANEXO E – REQUISITOS DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

5.3. A CONCESSIONÁRIA deverá remunerar o **PODER CONCEDENTE**, a título de **REMUNERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS**, no valor de R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos) por veículo recolhido.

5.3.1. A REMUNERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS será apurada e paga mensalmente diretamente ao operador de tecnologia do **PODER CONCEDENTE** com base na quantidade de veículos recolhidos pela **CONCESSIONÁRIA** no período.

5.4. O valor da REMUNERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS será reajustado anualmente, considerando a variação do IPCA/IBGE no período, tendo como referência a data-base de fevereiro de 2025, pela variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE, conforme regramento estabelecido na Cláusula Décima do Contrato.

5.4.1. Caso a apuração do IPCA seja suspensa, utilizar-se-á o indicador que o venha a substituir e represente o percentual inflacionário do período.

6. DA CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO

6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter uma **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO**, com disponibilidade de recebimento de chamadas telefônicas e/ou eletrônicas em funcionamento durante todos os dias do ano, no período de 24h por dia.

6.2. A CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO, ou o PÁTIO, da CONCESSIONÁRIA, deverá encerrar os chamados por meio de **SERVIÇO DE CONCLUSÃO DE CHAMADO** disponível no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**.

6.3. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar canal de comunicação com o

CIDADÃO-USUÁRIO, por meio de aplicativo, sítio eletrônico, serviços de mensageria e/ou canal telefônico 0800, para que ele possa acompanhar a localização do veículo em custódia pelo **PÁTIO** e obter informações de prazo de custódia, valor dos débitos do veículo incluindo os devidos diretamente à **CONCESSIONÁRIA**, horários de atendimento e orientações sobre procedimentos para restituição do veículo.

6.4. Todo o contato realizado com o **CIDADÃO-USUÁRIO** será registrado pela **CONCESSIONÁRIA**, contendo:

- a. geração e registro de protocolo.
- b. identificação de solicitação, sugestão, reclamação ou elogio realizado pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**.
- c. identificação do canal de atendimento utilizado pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**.
- d. nome do atendente que efetuou o atendimento.
- e. data e hora do início e término do atendimento efetuado pelo atendente ou canal de atendimento.
- f. informação requerida pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**.
- g. respostas e orientações efetuadas ao **CIDADÃO-USUÁRIO**.

6.5. Os atendimentos realizados pela **CONCESSIONÁRIA**, quando não puderem ser respondidos no ato, devem observar o prazo máximo de resposta previsto no item 4.13.

6.6. Os atendimentos realizados pelo canal telefônico 0800 devem ser gravados e as gravações deverão ficar armazenadas pela **CONCESSIONÁRIA** e disponíveis por, no mínimo, 5 (cinco) anos.

6.7. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar relatório mensal à **ARSESP** dos atendimentos realizados ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, contendo o registro das solicitações, sugestões e reclamações recebidas pela **CONCESSIONÁRIA**, com o competente encaminhamento.

6.8. Caso a **ARSESP** edite norma específica sobre atendimentos aos **CIDADÃOS-USUÁRIOS**, a regulação da agência deverá prevalecer sobre o regramento deste **ANEXO**,

observado o disposto na Cláusula 22.1, XIII, do **CONTRATO**.

7. DO SERVIÇO DE RECOLHIMENTO

7.1. A autuação do veículo nas **OPERAÇÕES DE TRÂNSITO** realizada pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** antecede o **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** e será integrado à **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

7.2. O **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** deverá ser prestado com eficiência e segurança, de forma a preservar as condições do veículo no momento do recolhimento até a sua chegada no **PÁTIO**.

7.3. O transporte dos veículos recolhidos aos **PÁTIOS** deverá ser realizado, pela **CONCESSIONÁRIA**, por meio de equipamentos de recolhimento do tipo guinchos (pesado, médio e leve), caminhões cegonha, caminhões ou caminhonetes para transporte de motocicletas, equipados com um sistema de comunicação (rádio comunicação, celular, etc), bem como dispositivos móveis com câmeras fotográficas.

7.4. É de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** dimensionar a quantidade necessária de equipamentos de recolhimento, levando em consideração a previsão de quantidade e tipo de veículos que serão objeto de recolhimento na **OPERAÇÃO**.

7.5. Os equipamentos de recolhimento deverão ser mantidos em adequado estado de conservação, com itens de segurança integralmente em funcionamento e com licenciamento atualizado de acordo com a legislação de trânsito.

7.6. Os equipamentos de recolhimento fornecidos pela **CONCESSIONÁRIA** deverão ter a identificação visual em formato definido pela **ARSESP**.

7.7. Todos os equipamentos de recolhimento a serem utilizados para prestação do **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** deverão dispor de sistema de rastreamento enquanto estiverem prestando serviços no âmbito da **CONCESSÃO**, possibilitando a sua localização em tempo real, pela **CONCESSIONÁRIA**, pela **ARSESP** e pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

7.8. No acionamento do **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO**, a **CONCESSIONÁRIA** deve informar os dados dos operadores e equipamentos de remoção que foram alocados para a

realização do serviço no chamado registrado no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**, com integração à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**, permitindo a consulta do **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** no momento da chegada do operador.

7.9. A **CONCESSIONÁRIA** deverá garantir a chegada do equipamento de recolhimento ao **LOCAL DE RECOLHIMENTO**, após o seu acionamento pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, feita por meio da interface do **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**, com integração à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**, nos tempos máximos previstos no item 7.14.1.

7.10. Após o registro do chamado para a **OPERAÇÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** receberá o comunicado por meio de serviço de mensageria de chamado que poderá ser via e-mail com endereço exclusivo para este serviço, por meio de WhatsApp, SMS ou aplicativo, ou por funcionalidade de consulta de chamados disponível no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**, com integração à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**, tendo a obrigação de acolher o chamado em até 5 minutos para **OPERAÇÃO DE URGÊNCIA** e até 12 horas para **OPERAÇÃO PROGRAMADA**.

7.11. O Serviço de agendamento de operação deverá ser disponibilizado pela **CONCESSIONÁRIA** por meio de aplicativo, sítio eletrônico e canal telefônico 0800, com controle único e centralizado de todos os chamados e agendamentos realizados no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**, com integração à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**, inclusive com registro do demandante da **OPERAÇÃO** de trânsito, data e hora da solicitação, bem como o registro do operador da **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO** da **CONCESSIONÁRIA** que recebeu o chamado, com data e hora do acolhimento do chamado.

7.12. O Serviço de agendamento de operação atenderá a **OPERAÇÃO PROGRAMADA** ou a **OPERAÇÃO DE URGÊNCIA**, podendo ser demandado pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, **CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR**, **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** ou outro ente conveniente com este nos termos do subitem 3.3.

7.13. O serviço de agendamento de operação consiste na abertura de chamado contendo,

no mínimo, as seguintes informações:

- a. **DOMÍNIO;**
- b. Tipo de **OPERAÇÃO**, se **OPERAÇÃO PROGRAMADA** ou **OPERAÇÃO DE URGÊNCIA;**
- c. **LOCAL DA OPERAÇÃO**, identificação exata do local onde ocorrerá a **OPERAÇÃO** para o encaminhado dos serviços de recolhimento pela **CONCESSIONÁRIA;**
- d. **LOTE**, identificação da **CONCESSIONÁRIA** responsável no município do **LOCAL DE OPERAÇÃO;**
- e. Previsão da quantidade e tipo de veículos – motocicletas, veículos leves e veículos pesados – a serem recolhidos na **OPERAÇÃO;**
- f. Data e hora para o caso de **OPERAÇÃO PROGRAMADA;**
- g. Dados do demandante com identificação e dados do responsável que solicitou a **OPERAÇÃO;**
- h. Dados do **USUÁRIO DE SISTEMA** que registrou a abertura do chamado incluindo data e hora de cadastramento;
- i. Outras informações relevantes para a adequada execução dos serviços de remoção e custódia do(s) veículo(s).

7.14. Quando da ocorrência de **OPERAÇÃO DE URGÊNCIA**, cabe ao **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** ou **CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR** efetuar o chamado para a **CONCESSIONÁRIA** do **LOTE**, por meio de aplicativo ou site integrado à **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** ou canal telefônico 0800.

7.14.1. O chamado de **OPERAÇÃO DE URGÊNCIA** deve ser atendido pela **CONCESSIONÁRIA** em até 45 (quarenta e cinco) minutos quando se tratar de **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** de veículos em área urbana e 60 (sessenta) minutos em rodovias e estradas monitoradas pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**.

7.15. No caso de chamado de **OPERAÇÃO PROGRAMADA** este deve ser efetuado à

CONCESSIONÁRIA com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência por meio do serviço de agendamento de operação para que a **CONCESSIONÁRIA** possa viabilizar os serviços de recolhimento e custódia suficientes e adequados para a previsão de veículos recolhidos na **OPERAÇÃO**.

7.15.1. Alteração ou cancelamento de chamado junto à **CONCESSIONÁRIA** para a realização de **OPERAÇÃO PROGRAMADA** pode ser realizado em até 2 (duas) horas da data e hora do agendamento informado, viabilizando que a **CONCESSIONÁRIA** dispense e/ou redirecione os operadores e equipamentos de remoção para outros atendimentos.

7.16. Cabe ao **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** reportar na **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**, integrada ao **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**, as ocorrências em que:

- a. O operador do equipamento de recolhimento da **CONCESSIONÁRIA** não seja o mesmo indicado no chamado registrado, não esteja devidamente habilitado ou em condições físicas ou de saúde para concluir a remoção;
- b. O equipamento de recolhimento da **CONCESSIONÁRIA** não seja o mesmo indicado no chamado registrado ou não esteja em boas condições de uso e conservação, oferecendo riscos de segurança no transporte do veículo.

7.17. O controle de chegada do equipamento de recolhimento ao **LOCAL DA OPERAÇÃO** será realizado pela **CONCESSIONÁRIA**.

7.17.1. Este controle poderá ser disponibilizado por meio de funcionalidade de check-in do operador no momento da chegada ao **LOCAL DA OPERAÇÃO**, disponível no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**.

7.17.2. O check-in deve ser realizado com o registro das coordenadas geográficas e/ou foto do equipamento de recolhimento no local com identificação de data e hora.

7.18. O **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, no momento da chegada do operador e equipamento de recolhimento da **CONCESSIONÁRIA**, confirmará a sua identificação, registrando a data e horário da chegada do equipamento de recolhimento no **LOCAL DA OPERAÇÃO**.

7.19. A confirmação da identificação do operador e equipamento de recolhimento pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** poderá ser efetuada por consulta à **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** ou canal telefônico 0800 e, em caso de ausência de serviços de telecomunicação, via rádio com a **CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR**.

7.20. Nas situações em que não tenha cobertura de serviços de telecomunicação disponível no **LOCAL DA OPERAÇÃO**, caberá a **CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR** informar ao **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** os dado(s) do operador(es) e equipamento(s) de remoção alocados para a realização do **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** cadastrado(s) na **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**.

7.21. Após a confirmação do operador e equipamento de recolhimento, o **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** emitirá o **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV** pela **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO** indicando os dados do operador e equipamento de recolhimento, bem como o **PÁTIO** de destino do veículo a ser recolhido.

7.22. O **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV** deverá ser assinado: (i) pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** responsável pela remoção; (ii) pelo operador de remoção a serviço da **CONCESSIONÁRIA**; e, (iii) pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**, quando possível.

7.23. A emissão do **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV** é a autorização para o operador de recolhimento da **CONCESSIONÁRIA** iniciar o **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** do veículo e conterá a data e hora de chegada do equipamento de recolhimento da **CONCESSIONÁRIA** no **LOCAL DA OPERAÇÃO**.

7.24. A partir do **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV**, o operador do equipamento de recolhimento a serviço da **CONCESSIONÁRIA** realizará a Vistoria Inicial, registrando na **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** eventuais divergências ou omissões não observadas no **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO –TRV**.

7.25. A vistoria inicial deverá ser feita com a utilização de dispositivo móvel, com validação de checklist das condições do veículo, registro fotográfico contendo imagens externas e internas, numeração de chassi e motor, placa de identificação, painel, pertences e

documentos, conforme estabelecido em procedimento normativo pela **ARSESP** ou pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

7.26. Os objetos pessoais encontrados no interior da cabine ou do porta-malas do veículo deverão ser retirados pelo seu condutor no momento anterior ao recolhimento do veículo ou, no caso de impossibilidade, deverão ser guardados e lacrados (lacs numéricos) em uma ou mais sacolas feitas de material resistente à violações, sempre na presença do **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** e, quando possível, do condutor.

7.27. É de responsabilidade do **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** registrar a existência de bens pessoais no interior do veículo a ser removido no **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV**.

7.28. Quando da impossibilidade de registro da existência de bens pessoais no interior do veículo no **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV**, o operador do equipamento de recolhimento da **CONCESSIONÁRIA** deverá registrar a existência dos bens na **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

7.29. O condutor deverá ser notificado pela **CONCESSIONÁRIA**, no ato de recolhimento do veículo, quando possível, sobre as providências necessárias à restituição dos objetos pessoais, bem como sobre a localização do **PÁTIO** para onde seu veículo será removido.

7.30. Será facultado à **CONCESSIONÁRIA** direcionar os veículos recolhidos para qualquer **PÁTIO PRINCIPAL** dentro do seu **LOTE**, desde que: (i) o **PÁTIO** não esteja em distância superior a 75 (setenta e cinco) km do **LOCAL DE RECOLHIMENTO** do veículo; e (ii) mantenha-se em cumprimento ao percentual mínimo de atendimento estabelecido no item 16.5.1 deste anexo.

7.31. Caso o **CIDADÃO-USUÁRIO** não esteja presente ou se recuse a assinar o **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV** no momento da recolhimento do veículo, a **CONCESSIONÁRIA**, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data do recolhimento, deverá expedir a notificação ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, por remessa postal ou por outro meio tecnológico hábil que assegure a sua ciência, para que, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de recolhimento, efetue o pagamento dos débitos e promova a retirada do veículo, sob pena de alienação do veículo por leilão.

7.32. A notificação devolvida por desatualização do endereço do **CIDADÃO-USUÁRIO** ou por recusa desse de recebê-la será considerada recebida para todos os efeitos.

7.33. Caso restem frustradas as tentativas de notificação presencial, postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, a **CONCESSIONÁRIA** elaborará a minuta do Edital de Notificação que será publicado pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**, a partir do qual passará a contar o prazo para a alienação por leilão.

7.34. O recolhimento terá como marco inicial a colocação de, pelo menos, um dos patins no veículo a ser recolhido ou a retirada de uma das rodas do solo, momento a partir do qual o **CIDADÃO-USUÁRIO** só poderá reaver seu veículo no **PÁTIO** ao qual foi recolhido.

7.35. Os custos de recolhimento dos veículos serão integralmente suportados pela **CONCESSIONÁRIA** e remunerados pela **TARIFA DE RECOLHIMENTO**, independentemente do grau de complexidade do serviço.

7.36. A partir do início do recolhimento até a restituição ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, a entrega para o arrematante em leilão, ou a entrega à autoridade responsável pela restrição criminal, a **CONCESSIONÁRIA** será responsável por qualquer tipo de dano causado ao veículo, devendo indenizar a quem tem direito por todo o prejuízo verificado.

7.37. A **CONCESSIONÁRIA** deverá atender todas as **OPERAÇÕES** abertas por meio de chamado no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**, com integração à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**, não podendo se omitir a realiza-las.

7.38. Todos os registros de inclusão, alteração e cancelamento de chamado de **OPERAÇÕES** devem ser realizados no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**, com integração à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**.

7.39. O ato de recolhimento encerra-se com a chegada do veículo ao **PÁTIO** e a conclusão do chamado no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**, com integração à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**, mediante a inserção dos seguintes dados complementares na plataforma:

- a. Os números identificadores do **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV** lavrados para o chamado.

- b. A data e hora que cada veículo recolhido chegou no **PÁTIO**.
- c. Dados do **USUÁRIO DE SISTEMA** que registrou a conclusão do chamado incluindo data e hora de cadastramento.
- d. Ocorrências geradas no decorrer da execução do **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** até a chegada para custódia no **PÁTIO**.

7.40. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, a adoção das providências de que tratam os §§ 14 e 15 do artigo 328 do Código de Trânsito Brasileiro para os casos de veículos que tiverem restrição judicial.

7.41. Os veículos com restrições policiais não serão recolhidos pela **CONCESSIONÁRIA**. Caso essas restrições sejam identificadas somente na chegada ao **PÁTIO**, a **CONCESSIONÁRIA** removerá o veículo para o local indicado pela autoridade responsável pelo registro, sem custos para o **PODER CONCEDENTE**, para a autoridade responsável pelo registro ou para o **CIDADÃO-USUÁRIO**, não sendo devida a **TARIFA DE RECOLHIMENTO** ou **TARIFA DE CUSTÓDIA**.

7.42. Outros veículos não registrados, tais como bicicletas, patinetes, carroças, etc, não serão recolhidos e armazenados nos **PÁTIOS** da **CONCESSIONÁRIA**.

8. DO SERVIÇO DE CUSTÓDIA

8.1. O **SERVIÇO DE CUSTÓDIA** inicia-se com a entrada do veículo no respectivo **PÁTIO PRINCIPAL** e termina com sua restituição ao **CIDADÃO-USUÁRIO** ou entrega para o arrematante em leilão ou à autoridade responsável pela restrição criminal.

8.2. O **SERVIÇO DE CUSTÓDIA** contempla, também, a disponibilização de estrutura administrativa para a realização dos serviços e local para atendimento ao **CIDADÃO-USUÁRIO**.

8.3. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** deverão estar disponíveis para o recebimento de veículos recolhidos em todos os dias do ano, inclusive domingos e feriados, durante 24h por dia, conforme estabelecido no item 4.2 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

8.3.1. O funcionamento ininterrupto dos **PÁTIOS PRINCIPAIS**, inclusive aos domingos e feriados, aplica-se exclusivamente ao recebimento de veículos recolhidos. O atendimento ao **CIDADÃO-USUÁRIO** para fins de restituição de veículos, entrega de pertences ou qualquer outro serviço presencial será realizado nos dias e horários definidos no item 4.1 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

8.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá, quando da entrada do veículo no **PÁTIO**:

8.4.1. Realizar **VISTORIA DE ENTRADA**, verificando conformidade com as informações já inseridas no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** quando da “**Vistoria Inicial**”, nos termos do item 7.25 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

8.4.2. Registrar, com fotos e texto descritivo, divergências entre os itens e fotos já registrados no momento da Vistoria Inicial, caso haja; e

8.4.3. Conferir o lacre da(s) sacola(s) contendo os objetos pessoais e demais pertences, nos termos do item 7.26 deste **CADERNO DE ENCARGOS**, guardando os pertences existentes até posterior entrega ao seu proprietário ou no caso de doação, conforme estabelecido no subitem 10.8.1 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

8.5. A **CONCESSIONÁRIA** deverá garantir a plena integridade física dos veículos durante a custódia nos seus **PÁTIOS**, os quais deverão permanecer nas mesmas condições em que chegaram ao **PÁTIO** durante todo o período de custódia, conforme vistorias realizadas e registradas na **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

8.6. Os veículos elétricos deverão ser armazenados adequadamente, em conformidade com as regras de segurança expedidas pela **ARSESP** e pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

8.7. Os **PÁTIOS** deverão contar com toda infraestrutura necessária para atendimento, com local apropriado para espera, devendo o **CIDADÃO-USUÁRIO** receber o primeiro atendimento no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após sua chegada ao estabelecimento.

8.7.1. As áreas de atendimento e administração deverão ser confortáveis para os funcionários e demais usuários das instalações.

8.7.2. O atendimento ao **CIDADÃO-USUÁRIO** deverá ser realizado por pessoa

uniformizada e identificada por crachá, devendo ser preservadas as normas de cordialidade, educação e probidade exigidas para o serviço público em geral.

8.7.3. Nos locais de atendimento ao público, a **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar meios eletrônicos para que o **CIDADÃO-USUÁRIO** avalie a prestação do serviço e possibilite a abertura de chamado em caso de reclamação.

8.7.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar meios para medição do tempo de espera do **CIDADÃO-USUÁRIO**, da sua chegada ao seu primeiro atendimento, devendo esses registros permanecerem armazenados no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** integrado à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO** para fins de extração de relatórios.

8.8. A **CONCESSIONÁRIA** deverá liberar o veículo para retirada, desde que:

8.8.1. Estejam pagos todos os débitos obrigatórios, com a consequente regularização documental.

8.8.2. O condutor apresente documento de identificação com foto, Carteira Nacional de Habilitação válida e Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) e, se não for o proprietário, procuração pública ou particular com firma reconhecida, com poderes para retirar o veículo.

8.8.3. Sejam pagos os valores devidos à **CONCESSIONÁRIA** a título de **TARIFA DE RECOLHIMENTO** e **TARIFA DE CUSTÓDIA**, nos termos do **TÍTULO III - DA POLÍTICA TARIFÁRIA** deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

8.9. A verificação de todos os documentos necessários para a retirada é de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** que deverá guardar cópia digitalizada no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** integrado à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO** para consultas e eventuais auditorias.

8.10. A verificação de pagamento dos débitos obrigatórios de que trata o subitem 8.8.1 será realizada por consulta à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**.

8.11. Os valores decorrentes do **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** e do **SERVIÇO DE CUSTÓDIA** deverão ser pagos, pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**, diretamente à

CONCESSIONÁRIA, no montante calculado e informado pela **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, mediante arrecadação na rede bancária, pix e por cartão de débito, sendo vedado o recebimento em espécie.

8.11.1. O recebimento por cartão de crédito, à vista ou parcelado, se dará a critério da **CONCESSIONÁRIA**, não sendo permitida a cobrança de nenhuma taxa adicional do **CIDADÃO-USUÁRIO** para pagamentos à vista.

8.12. Será obrigatória a disponibilização das notas fiscais dos serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA**, no momento da retirada dos veículos dos **PÁTIOS**.

8.13. A retirada dos veículos nos **PÁTIOS** está condicionada ao reparo, pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**, de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento, conforme disposto no § 2º do artigo 271 do Código de Trânsito Brasileiro.

8.14. Se o referido reparo demandar providências que não possam ser tomadas nos **PÁTIOS**, a **CONCESSIONÁRIA** liberará o veículo, na forma transportada, para reparo, mediante comunicação eletrônica via **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** integrado à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**, nos termos do § 3º do artigo 271 do Código de Trânsito Brasileiro.

8.14.1. Na hipótese do item 8.14, caso a entrada de equipamentos do **CIDADÃO-USUÁRIO** ou de seu(s) contratado(s) para recolhimento e transporte do veículo não seja possível, a **CONCESSIONÁRIA** deverá adotar as providências para disponibilizar o veículo em local acessível pelo equipamento do **CIDADÃO-USUÁRIO** ou de seu(s) contratado(s), sem qualquer ônus adicional ao **CIDADÃO-USUÁRIO** ou ao **PODER CONCEDENTE**.

8.15. Apresentados todos os documentos, a **CONCESSIONÁRIA** verificará se estes foram digitalizados e anexados ao **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** integrado à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO** e, após a **VISTORIA DE RESTITUIÇÃO**, restituirá o veículo ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, registrando sua saída.

8.15.1. A **VISTORIA DE RESTITUIÇÃO** será realizada pelo funcionário da **CONCESSIONÁRIA**, na presença do **CIDADÃO-USUÁRIO**, registrando na **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** integrado à **PLATAFORMA CENTRAL DO**

ESTADO quaisquer divergências com vistorias anteriores.

8.16. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável, integral e exclusivamente, pelo reparo ou ressarcimento pelos danos materiais causados durante a prestação dos serviços, incluídas as hipóteses de perda total, furto ou roubo, ficando o **PODER CONCEDENTE**, a **ARSESP** e o **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** isentos de qualquer ônus.

8.16.1. As ocorrências de danos materiais que demandem eventual reparo ou ressarcimento deverão ser registradas pela **CONCESSIONÁRIA** no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** integrado à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**, dentro do prazo de 48 horas após a constatação do dano.

8.16.2. A **CONCESSIONÁRIA** poderá realizar o reparo por sua própria conta e risco, ou acionar franquia de seguro contratado, devendo iniciar a reparação ou acionar o seguro em período de até 7 (sete) dias corridos da constatação do dano.

8.16.3. O referido reparo não deverá exceder o período de 30 (trinta) dias corridos para sua finalização e entrega do veículo ao proprietário, nas condições em que foi recolhido ao **PÁTIO**.

8.16.4. No caso de impossibilidade de retirada do veículo em razão da necessidade de reparos pela **CONCESSIONÁRIA**, não incidirá a **TARIFA DE CUSTÓDIA** pelo tempo do reparo.

8.16.5. No caso de perda total do veículo, a **CONCESSIONÁRIA** será responsável por arcar com a respectiva indenização, a qual deverá ser paga em até 30 (trinta) dias corridos após sua constatação.

9. DO SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO

9.1. Decorrido o prazo previsto no artigo 328 do Código de Trânsito Brasileiro, o veículo recolhido estará apto para alienação por meio de leilão.

9.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar a leilão, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, todos os veículos recolhidos nos **PÁTIOS**, que não tenham sido retirados pelo **CIDADÃO-USUÁRIO** dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados do seu

recolhimento.

9.2.1. Caso se verifique a situação prevista no §14 do artigo 328 do Código de Trânsito Brasileiro, a **CONCESSIONÁRIA** apenas estará autorizada a encaminhar o veículo a leilão se materializada a hipótese do §15 do mesmo artigo.

9.3. Compete ao **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** autorizar a realização do leilão, bem como a escolha do Leiloeiro Oficial ou Administrativo, cabendo à **CONCESSIONÁRIA** a realização dos atos preparatórios do leilão.

9.4. O **SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE LEILÃO** compreende as seguintes atividades:

9.4.1. Identificar, classificar e avaliar os veículos de acordo com os parâmetros fornecidos pela **ARSESP** ou pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

9.4.2. Realizar todas as notificações necessárias.

9.4.3. Identificar débitos, ônus e restrições, de qualquer natureza, incidentes sobre os veículos, para fins do leilão, inclusive para subsidiar o **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** na tarefa de encaminhamento dos pedidos de desvinculação dos referidos ônus e débitos.

9.4.4. Elaborar o cronograma de Leilões e submetê-los à aprovação do **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

9.4.5. Comunicar ao **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** a relação dos bens aptos à leilão, contendo a classificação da modalidade de leilão que o bem foi enquadrado.

9.4.6. Disponibilizar, nos **PÁTIOS**, área apropriada para visitação dos veículos a serem leiloados.

9.4.7. Manter sob sua guarda, os bens a serem leiloados e liberá-los aos arrematantes indicados pelo Leiloeiro, sem prejuízo do leiloeiro e seus prepostos vistoriarem os bens depositados.

9.4.8. Prestar ao leiloeiro as informações necessárias para a execução da venda.

9.4.9. Executar os demais atos preparatórios necessários para a realização do leilão.

9.4.10. Fornecer todas as informações necessárias para a realização do leilão e atos subsequentes, em arquivos eletrônicos, de acordo com a formatação exigida pelo **PODER**

CONCEDENTE, mediante disponibilização no AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA.

9.5. A classificação dos veículos se dará em 04 (quatro) categorias, de acordo com regulamentações do **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** ou da **ARSESP** e na legislação pertinente, a saber:

9.5.1. Circulação: quando o veículo apresenta condições de segurança para trafegar em vias públicas.

9.5.2. Sucata aproveitável: aquela cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com inutilização de placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo – registro VIN.

9.5.3. Sucata inservível: aquela transformada em fardos metálicos, por processo de prensagem ou trituração, sendo desnecessária a inutilização de placas e numeração do chassi quando a prensagem ocorrer em local supervisionado pelo órgão responsável pelo leilão.

9.5.4. Sucatas aproveitável com motor inservível: aquela cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com exceção da parte do motor que conste sua numeração, devendo ser inutilizadas as placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo – registro VIN.

9.6. A avaliação do veículo a ser leiloado será realizada pela **CONCESSIONÁRIA**, utilizando como referência o valor constante das tabelas FIPE, MOLICAR ou outra indicada pela **ARSESP** ou pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** e levará em consideração os seguintes aspectos:

9.6.1. De implementos, acessórios e equipamentos obrigatórios faltantes ou instalados.

9.6.2. O valor médio de comercialização regional.

9.6.3. A depreciação do bem em razão de avarias.

9.6.4. O estado de conservação geral.

9.6.5. O potencial de recuperabilidade para circulação (incluindo gastos com peças e mão

de obra qualificada por metodologia que contemple a média da tabela temporária de referidos itens).

9.6.6. O potencial de revenda para o segmento de desmonte de veículos.

9.6.7. O potencial de revenda como inservível (sucata).

9.6.8. Outros fatores que se apresentarem pertinentes ou contribuam para a correta definição do valor do bem.

9.7. A vistoria de identificação do veículo será formalizada por laudo firmado por profissional treinado pela **CONCESSIONÁRIA**, de acordo com as orientações fornecidas pela **ARSESP** ou pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

9.8. O laudo conterá, no mínimo:

9.8.1. Número do laudo.

9.8.2. Data de emissão e validade.

9.8.3. Nome e CPF/ CNPJ do atual proprietário do veículo, município e unidade federativa de registro do veículo.

9.8.4. Dados do veículo: placa, RENAVAM, fabricante, marca/modelo, cor, ano de fabricação, ano de modelo, tipo de veículo, tipo de carroceria, espécie, combustível, número de passageiros, potência número de motor e chassi, quilometragem e, no que for aplicável, capacidade de carga, cilindrada, capacidade máxima de tração e peso bruto total.

9.8.5. Fotos em alta resolução do veículo em número suficiente para demonstrar o estado de conservação do bem, sendo, no mínimo, duas fotos dianteiras de diferentes ângulos, duas fotos traseiras de diferentes ângulos, duas fotos de cada lateral de diferentes ângulos, foto do lacre da placa, foto do número do chassi, foto do número do motor, foto do hodômetro e, se aplicável, fotos internas e foto da gravação de vidros.

9.9. Os veículos classificados como **sucata aproveitável** serão leiloados para desmontagem, sem a possibilidade de voltar à circulação e sem direito a documentação, devendo ser descaracterizados (pinagem dos caracteres identificadores do chassi e recorte da placa) pela **CONCESSIONÁRIA**, de acordo com orientações da **ARSESP** ou pelo

ÓRGÃO DE TRÂNSITO.

9.9.1. Deverá ser emitido laudo fotográfico que comprove que a identificação do chassi foi descaracterizada no local, através de procedimento realizado pela **CONCESSIONÁRIA**, de acordo com orientações da **ARSESP** ou do **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**, com a respectiva inserção do laudo no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** integrado à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**.

9.10. A **ARSESP** ou o **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** poderão reclassificar o veículo ou alterar seu valor de avaliação, levando em conta os princípios da economicidade, celeridade processual, eficiência, além da previsão legal contida no artigo 328, § 3º do Código de Trânsito Brasileiro.

9.11. Todas as baterias e placas dos veículos leiloados nas modalidades **Sucata aproveitável** e **Sucata inservível**, deverão ser retiradas, separadas, identificadas, armazenadas e destinadas conforme definição da **ARSESP** ou do **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

9.12. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar local separado e apropriado para os procedimentos de descontaminação dos veículos, de acordo com as especificações indicadas pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** ou pela **ARSESP**.

10. DO LEILÃO

10.1. A Portaria Normativa DETRAN-SP nº 46, de 20 de outubro de 2025, que disciplina a realização de leilões de veículos pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo, permanecerá vigente, sendo aplicável a partir do início da **CONTRATO** os os procedimentos nela mencionados e/ou por regulamentação específica a ser editada pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** ou pela **ARSESP**, sem prejuízo da legislação aplicável.

10.2. O leilão será realizado por Leiloeiro Oficial ou Administrativo, a ser indicado pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

10.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar uma plataforma eletrônica de leilão única, a ser disponibilizada como um módulo do **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** que contemple:

- a) Identificação do edital de leilão;
- b) Identificação do domínio do veículo a ser leiloadado;
- c) Classificação da modalidade de leilão para o veículo;
- d) Identificação do veículo a ser leiloadado;
- e) Descrição detalhada do veículo a ser leiloadado;
- f) Localização do veículo;
- g) Imagens do veículo a ser leiloadado;
- h) Valor de mercado e valor mínimo de lance para o leilão;
- i) Registro de todos os lances efetuados pelos interessados para cada veículo;
- j) Outros dados e recursos determinados pelo **PODER CONCEDENTE** que garantam transparência e ampla concorrência ao leilão.

10.4. A CONCESSIONÁRIA será responsável por:

- a) Elaborar o edital de notificação e o edital de leilão;
- b) Dar publicidade ao edital de notificação e o edital de leilão, após aprovação do **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**;
- c) Manter sistema de estoque atualizado;
- d) Prestar o **SERVIÇO DE PREPARAÇÃO PARA LEILÃO**, com elaboração de laudo de vistoria de originalidade, laudo de avaliação, notificação de apto à leilão, laudo de descaracterização do chassi e placas dos veículos alienados em condição de sucata, em observância ao disposto no item 9 do presente **CADERNO DE ENCARGOS**;
- e) Conceder acesso ao módulo de leilão no **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** ao leiloeiro indicado pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**;
- f) Apresentar ao **PODER CONCEDENTE** a prestação de contas do processo de leilão, observado o disposto no item 11 do presente **CADERNO DE ENCARGOS**;
- g) Manter o **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** atualizado do andamento e de eventuais intercorrências nos processos de leilão, atuando em obediência às autorizações,

orientações e determinações do **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

10.5. O **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** será responsável por:

- a) Indicar o Leiloeiro Oficial ou Administrativo que será responsável por conduzir o leilão, conforme credenciamento e fila de precedência definida pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**;
- b) Informar os veículos a serem leiloados, conforme sistema de controle do **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**;
- c) Aprovar e realizar a publicação do edital de notificação e edital de leilão elaborados pela **CONCESSIONÁRIA**;
- d) Supervisionar os processos de leilão;
- e) Aprovar a prestação de contas;
- f) Realizar os procedimentos necessários para desvinculação, inserção de comunicado de venda, baixa definitiva e demais ações necessárias para regularização do lote arrematado.

10.6. Sem prejuízo das competências atribuídas ao **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** nos termos do item 10.5 deste CADERNO DE ENCARGOS, na hipótese de não indicação, pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**, de Leiloeiro Oficial ou Leiloeiro Administrativo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de solicitação formal, devidamente protocolada, encaminhada pela **CONCESSIONÁRIA**, esta ficará autorizada, em caráter supletivo, a proceder à contratação de Leiloeiro Oficial, por sua exclusiva conta, risco e responsabilidade, desde que o profissional selecionado esteja legalmente habilitado e em plena conformidade com a legislação aplicável, bem como com as normas e diretrizes expedidas pelo PODER CONCEDENTE, pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** e pela ARSESP.

10.6.1. A contratação supletiva prevista no item 10.6 não configura, em nenhuma hipótese, delegação de competência administrativa, tampouco implica transferência, mitigação ou renúncia ao exercício do poder de polícia, permanecendo integralmente resguardadas e inalteradas as atribuições do **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** previstas neste CADERNO DE ENCARGOS, em especial aquelas relativas à autorização para a realização do leilão, à

supervisão, fiscalização e controle do certame, à aprovação dos editais e da prestação de contas, bem como à prática dos atos administrativos necessários à regularização, desvinculação, baixa ou demais providências aplicáveis aos veículos objeto de alienação.

10.6.2. A escolha do Leiloeiro pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 10.6, deverá observar, prioritariamente, os profissionais regularmente credenciados junto ao ÓRGÃO DE TRÂNSITO e a respectiva fila de precedência por este estabelecida. Na hipótese de inexistência de profissionais nessas condições, a CONCESSIONÁRIA ficará autorizada a contratar, de forma excepcional, qualquer Leiloeiro Oficial regularmente matriculado na Junta Comercial competente, desde que em situação de plena regularidade cadastral, fiscal e profissional, e que atenda integralmente à legislação aplicável e às normas expedidas pelo PODER CONCEDENTE, pelo ÓRGÃO DE TRÂNSITO e pela ARSESP.

10.6.3. O Leiloeiro contratado na forma do item 10.6 deverá, obrigatoriamente, conduzir o leilão por intermédio da plataforma eletrônica de leilão disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA, integrada ao AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA, observadas, em todos os casos, as exigências de transparência, rastreabilidade, publicidade dos atos, ampla concorrência, integridade do procedimento e segurança da informação, nos termos da legislação vigente e das diretrizes estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE.

10.6.4. A autorização supletiva de que trata o item 10.6 terá eficácia restrita e limitada ao leilão específico objeto da solicitação formal encaminhada pela CONCESSIONÁRIA, não afastando, restringindo ou condicionando a prerrogativa do ÓRGÃO DE TRÂNSITO de, a qualquer tempo, proceder à indicação de Leiloeiro Oficial ou Leiloeiro Administrativo para a condução de leilões subsequentes, observado, em todos os casos, o disposto neste CADERNO DE ENCARGOS.

10.7. A execução do leilão dos veículos sempre será precedida de ato formal emanado pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO à CONCESSIONÁRIA**.

10.8. Caberá a **CONCESSIONÁRIA** a entrega do veículo leilado ao arrematante indicado na ata de leilão ou na Carta de Arrematação.

10.8.1. Os objetos pessoais de que trata o item 7.26, caso não sejam retirados pelo **CIDADÃO-USUÁRIO** até a retirada do veículo pelo arrematante em leilão, deverão ser

doados ou destinados a reciclagem, quando aplicável, e revertidos ao fundo social do município de localização do pátio ou entidade por ele indicado, aplicando-se a mesma regra para a destinação das placas veiculares objeto de descaracterização por alienação como sucata.

11. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LEILÃO

11.1. A prestação de contas do leilão será responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, nos prazos e formas indicados pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

11.2. Sendo insuficiente o valor arrecadado para quitar os débitos incidentes sobre o veículo em relação a **REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO** e as **TARIFAS DE RECOLHIMENTO** e de **CUSTÓDIA**, a **CONCESSIONÁRIA**, por sua própria iniciativa e responsabilidade, poderá buscar a satisfação da dívida perante o **CIDADÃO-USUÁRIO** do veículo, não sendo devido nenhum valor por parte do **PODER CONCEDENTE, ARSESP** ou **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

11.2.1. A cobrança de dívidas perante o **CIDADÃO-USUÁRIO** deverá obedecer às disposições legais vigentes, atinentes às regras de direito civil, sendo vedada a utilização de qualquer meio vexatório e a utilização da titularidade do **PODER CONCEDENTE**, da **ARSESP** ou do **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** para sua execução.

11.2.2. Não será atribuível ao **PODER CONCEDENTE**, à **ARSESP** ou ao **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** as verbas sucumbenciais ou qualquer responsabilidade por eventual dano material ou moral gerado pela **CONCESSIONÁRIA** face a cobrança prevista no item 11.2.1.

12. DOS VEÍCULOS RECOLHIDOS POR PÁTIOS CREDENCIADOS

12.1. Os veículos que, na data de início da operação do **LOTE**, já se encontrem recolhidos e sob custódia em pátios credenciados pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** não integram o objeto da **CONCESSÃO**, permanecendo sob responsabilidade e gestão exclusiva do **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** ou de terceiros por ele designados.

TÍTULO III - DA POLÍTICA TARIFÁRIA

13. DA POLÍTICA TARIFÁRIA

13.1. A Política Tarifária é o regramento aplicado à forma, momento e condições de cobrança de **TARIFAS** pela prestação dos serviços, pela **CONCESSIONÁRIA**, no âmbito da **CONCESSÃO**.

13.2. Serão cobradas, na forma deste **CADERNO DE ENCARGOS**, **TARIFA DE RECOLHIMENTO**, **TARIFA DE CUSTÓDIA** e **REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO**.

13.2.1. TARIFA DE RECOLHIMENTO - valor pago a título de remuneração pelo **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** dos veículos indicados pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**.

13.2.2. TARIFA DE CUSTÓDIA - valor pago a título de remuneração pela custódia dos veículos recolhidos em **PÁTIOS**.

13.2.3. REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO - representará a totalidade do custeio dos **SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO** por veículo efetivamente vendido, os quais serão ressarcidos nos termos do § 6º do artigo 328 do Código de Trânsito Brasileiro.

13.3. O valor das receitas referidas no item 13.2 será reajustado anualmente, na data indicada pela Cláusula Décima do **CONTRATO**.

13.4. A **TARIFA DE RECOLHIMENTO** e a **TARIFA DE CUSTÓDIA** serão calculadas pela **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO** e pagas diretamente à **CONCESSIONÁRIA** pelo **CIDADÃO-USUÁRIO** por meio de checkout integrado, quando da restituição dos veículos, ou ressarcidas pelo **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** em razão das rendas obtidas com o leilão do veículo, na forma da legislação vigente.

13.5. O valor da **TARIFA DE RECOLHIMENTO** será devido uma única vez, e os custos relativos a eventuais transferências do veículo entre os **PÁTIOS** da **CONCESSIONÁRIA** são de sua integral responsabilidade, não gerando ônus para o **CIDADÃO-USUÁRIO** ou **PODER**

CONCEDENTE.

13.5.1. Mesmo em casos excepcionais que gerem a majoração de custos operacionais, tais como acidentes em barrancos, fora da estrada, dentro de rios etc., o **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** será custeado pela cobrança única da **TARIFA DE RECOLHIMENTO**, devendo os ônus adicionais eventualmente incidentes serem integralmente suportados pela **CONCESSIONÁRIA**, facultando-se a contratação de seguro voltado à cobertura de tais hipóteses.

13.6. No caso da restituição do veículo ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, a **TARIFA DE CUSTÓDIA** será calculada com base no total de dias de custódia do veículo multiplicado pelo valor da **TARIFA** diária vigente.

13.6.1. O total da **TARIFA DE CUSTÓDIA** será calculado pela contagem de dias corridos a partir da data da entrada do veículo no **PÁTIO** da **CONCESSIONÁRIA** até a data da retirada do veículo, respeitando o prazo máximo previsto na legislação vigente.

13.6.2. A **CONCESSIONÁRIA** poderá cobrar o valor equivalente a uma diária para os veículos que forem retirados dos **PÁTIOS** em menos de 24h, exceto nos casos isentos nos termos da legislação pertinente.

13.6.3. Sobre o valor total acumulado da **TARIFA DE CUSTÓDIA** devida incidirá um dos descontos abaixo definidos, conforme o período de permanência do veículo no **PÁTIO**, não sendo os descontos cumulativos entre si, e observada, em qualquer hipótese, a cobrança mínima prevista no item 13.6.2:

(i) desconto de 25% (vinte e cinco por cento) para as restituições efetivadas pelo **CIDADÃO-USUÁRIO** em até 7 (sete) dias corridos, contados do momento do recolhimento;

(ii) desconto de 10% (dez por cento) para as restituições efetivadas pelo **CIDADÃO-USUÁRIO** entre o 8º (oitavo) e o 14º (décimo quarto) dia corrido, inclusive, contados do momento do recolhimento.

13.6.4. Caso a retirada do veículo ocorra após o prazo de 14 (quatorze) dias corridos, o **CIDADÃO-USUÁRIO** ficará sujeito ao pagamento da **TARIFA DE CUSTÓDIA** relativa a todos os dias corridos em que o veículo permanecer recolhido, sem a aplicação do desconto referido no item 13.6.3, respeitado o prazo máximo

estabelecido na legislação vigente.

13.6.5. No caso de alienação do veículo em leilão, a **TARIFA DE CUSTÓDIA** será calculada com base no total de dias de custódia multiplicado pelo valor da **TARIFA** diária vigente.

13.6.6. Serão considerados dias de custódia, para fins do item 13.6.5, o período compreendido desde a data de recolhimento do veículo ao **PÁTIO** até a data da arrematação, inclusive.

13.6.7. A **TARIFA DE CUSTÓDIA** devida pelo período compreendido desde o dia seguinte da data de arrematação até a retirada do veículo pelo arrematante será paga por este diretamente a **CONCESSIONÁRIA**.

13.7. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por realizar os registros do recebimento das **TARIFAS** na **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** integrado à **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**.

13.8. É responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** certificar-se que o proprietário quitou os débitos junto ao **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** e ao **PODER CONCEDENTE** antes da cobrança das **TARIFAS** e a restituição do Veículo.

13.9. Será obrigatória a disponibilização das notas fiscais dos serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA**, ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, no momento da restituição do veículo.

13.10. Não será efetuada a cobrança de **TARIFAS** nos casos de isenção por determinação judicial ou disposição legal.

TÍTULO IV - DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

14. DO CONTROLE E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1. A **ARSESP** efetuará o controle, monitoramento e avaliação da prestação dos serviços pela **CONCESSIONÁRIA** no âmbito da **CONCESSÃO**.

14.2. O controle e monitoramento da **ARSESP** será efetuado por meio de Relatórios, **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** e **SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO**.

14.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar, mensalmente, o “**Relatório Gerencial**” das atividades desenvolvidas no âmbito da **CONCESSÃO**, com base em informações coletadas na **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

14.3.1. O “**Relatório Gerencial**” deverá ser disponibilizado ao **PODER CONCEDENTE**, **ARSESP** e **VERIFICADOR INDEPENDENTE** até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à coleta dos dados.

14.4. Os “**Relatórios**” não entregues no prazo serão considerados como não atendidos na apuração do “**Indicador de Conformidade**”.

14.5. O “**Relatório Gerencial**” deverá conter as seguintes informações:

14.5.1. Número de chamados realizados pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, por **DOMÍNIO**, município, data e hora.

14.5.2. Número de veículos efetivamente recolhidos pela **CONCESSIONÁRIA**, com estatísticas de horário, **LOCAL DE RECOLHIMENTO** e tipologia de veículos.

14.5.3. Estatísticas de tempo de chegada dos equipamentos ao **LOCAL DE RECOLHIMENTO**, contado a partir do chamado pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**.

14.5.4. Estatísticas de tempo de traslado dos veículos entre o **LOCAL DE RECOLHIMENTO** e o respectivo **PÁTIO** onde será guardado.

14.5.5. Estatísticas de distância entre o **PÁTIO** para onde o veículo foi removido e o **LOCAL DE RECOLHIMENTO**.

14.5.6. Número de veículos armazenados em cada **PÁTIO**, por tipologia de veículo.

14.5.7. Estatísticas de tempo de permanência dos veículos nos **PÁTIOS**.

14.5.8. Número de veículos retirados dos **PÁTIOS** pelos **CIDADÃOS-USUÁRIOS**.

14.5.9. Número, tipo e data de ocorrência de danos nos veículos ocasionados pela **CONCESSIONÁRIA** durante as etapas de guarda e remoção.

14.5.10. Número de ocorrências relacionadas à prevenção e/ou autuações, por **PÁTIO**, referente ao controle de pragas e zoonoses.

14.5.11. Número de veículos aptos à leilão com a data de seu recolhimento ao **PÁTIO** e a data de entrega do produto do **SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE LEILÃO** ao **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**.

14.5.12. Número de Leilões realizados e número de veículos leiloados, classificados em **Circulação, Sucata aproveitável, Sucata inservível e Sucata aproveitável com motor inservível**.

14.5.13. Número de veículos em situação de bloqueio administrativo, judicial ou policial, e tempo de permanência destes nos **PÁTIOS**.

14.5.14. Dados financeiros gerenciais de receitas segregados no maior nível de detalhamento possível, dividindo-se no mínimo entre receita advinda dos Serviços de Recolhimento, Custódia, Preparação de leilão, dentre outras receitas, inclusive de Receitas Extraordinárias

14.5.15. Outros dados que a **ARSESP** julgar pertinente e/ou necessário para a atividade de regulação e fiscalização da **CONCESSÃO**.

TÍTULO V – DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS PÁTIOS

15. DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS POR CADA LOTE DE CONCESSÃO

15.1. O **LOTE 1** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Adamantina	Guaimbê	Piquerobi
Agudos	Guarantã	Piraju
Alfredo Marcondes	Herculândia	Pirajuí
Álvares Machado	Iacanga	Pirapozinho
Álvaro de Carvalho	Iacri	Piratininga
Alvinlândia	Ibirarema	Platina
Anhembi	Iepê	Pompéia
Anhumas	Igaraçu do Tietê	Pongai

Arco-Íris	Indiana	Pracinha
Arealva	Inúbia Paulista	Pratânia
Areiópolis	Ipaussu	Presidente Alves
Assis	Irapuru	Presidente Bernardes
Avaí	Itaju	Presidente Epitácio
Balbinos	Itapuí	Presidente Prudente
Bariri	Itatinga	Presidente Venceslau
Barra Bonita	Jaú	Promissão
Bastos	João Ramalho	Quatá
Bauru	Júlio Mesquita	Queiroz
Bernardino de Campos	Junqueirópolis	Quintana
Bocaina	Laranjal Paulista	Rancharia
Bofete	Lençóis Paulista	Regente Feijó
Borá	Lins	Reginópolis
Boracéia	Lucélia	Ribeirão do Sul
Borebi	Lucianópolis	Ribeirão dos Índios
Botucatu	Lupércio	Rinópolis
Brotas	Lutécia	Rosana
Cabrália Paulista	Macatuba	Sabino
Cafelândia	Marabá Paulista	Sagres
Caiabu	Maracaí	Salmourão
Caiuá	Mariópolis	Salto Grande
Campos Novos Paulista	Marília	Sandovalina
Cândido Mota	Martinópolis	Santa Cruz do Rio Pardo
Canitar	Mineiros do Tietê	Santa Maria da Serra
Chavantes	Mirante do Paranapanema	Santa Mercedes
Conchas	Monte Castelo	Santo Anastácio
Cruzália	Nantes	Santo Expedito
Dois Córregos	Narandiba	São João do Pau d'Alho

Dourado	Nova Guataporanga	São Manuel
Dracena	Ocaçu	São Pedro do Turvo
Duartina	Oriente	Sarutaiá
Echaporã	Oscar Bressane	Taciba
Emilianópolis	Osvaldo Cruz	Tarabai
Espírito Santo do Turvo	Ourinhos	Tarumã
Estrela do Norte	Ouro Verde	Tejupá
Euclides da Cunha Paulista	Pacaembu	Teodoro Sampaio
Fartura	Palmital	Timburi
Fernão	Panorama	Torrinha
Flora Rica	Paraguaçu Paulista	Tupã
Flórida Paulista	Parapuã	Tupi Paulista
Florínea	Pardinho	Ubirajara
Gália	Paulicéia	Uru
Garça	Paulistânia	Vera Cruz
Getulina	Pederneiras	-
Guaíçara	Pedrinhas Paulista	-

15.2. O **LOTE 2** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Adolfo	Ibitinga	Pindorama
Águas de São Pedro	Icém	Piracicaba
Altair	Ilha Solteira	Pirangi
Alto Alegre	Indiaporã	Pirassununga
Álvares Florence	Ipeúna	Planalto
Américo Brasiliense	Ipiguá	Poloni
Américo de Campos	Iracemápolis	Pontalinda
Analândia	Irapuã	Pontes Gestal

Andradina	Itajobi	Populina
Aparecida d'Oeste	Itápolis	Porto Ferreira
Araçatuba	Itapura	Potirendaba
Araraquara	Itirapina	Rafard
Ariranha	Jaci	Ribeirão Bonito
Aspásia	Jales	Rincão
Auriflama	José Bonifácio	Rio Claro
Avanhandava	Lavínia	Rio das Pedras
Bady Bassitt	Limeira	Riolândia
Bálsamo	Lourdes	Rubiácea
Barbosa	Luiziânia	Rubinéia
Bento de Abreu	Macaubal	Sales
Bilac	Macedônia	Saltinho
Birigui	Magda	Santa Adélia
Boa Esperança do Sul	Marapoama	Santa Albertina
Borborema	Marinópolis	Santa Clara d'Oeste
Braúna	Matão	Santa Fé do Sul
Brejo Alegre	Mendonça	Santa Gertrudes
Buritama	Meridiano	Santa Lúcia
Cândido Rodrigues	Mesópolis	Santa Rita do Passa Quatro
Capivari	Mira Estrela	Santa Rita d'Oeste
Cardoso	Mirandópolis	Santa Salete
Castilho	Mirassol	Santana da Ponte Pensa
Catanduva	Mirassolândia	Santo Antônio do Aracanguá
Catiguá	Mombuca	Santópolis do Aguapeí
Cedral	Monções	São Carlos
Charqueada	Monte Aprazível	São Francisco
Clementina	Motuca	São João das Duas Pontes
Cordeirópolis	Murutinga do Sul	São João de Iracema

Coroados	Neves Paulista	São José do Rio Preto
Corumbataí	Nhandeara	São Pedro
Cosmorama	Nipoã	Sebastianópolis do Sul
Descalvado	Nova Aliança	Sud Mennucci
Dirce Reis	Nova Canaã Paulista	Suzanápolis
Dobrada	Nova Castilho	Tabapuã
Dolcinópolis	Nova Europa	Tabatinga
Elisiário	Nova Granada	Tanabi
Embaúba	Nova Independência	Taquaritinga
Engenheiro Coelho	Nova Luzitânia	Trabiju
Estrela d'Oeste	Novais	Três Fronteiras
Fernando Prestes	Novo Horizonte	Turiúba
Fernandópolis	Onda Verde	Turmalina
Floreal	Orindiúva	Ubarana
Gabriel Monteiro	Ouroeste	Uchoa
Gastão Vidigal	Palestina	União Paulista
Gavião Peixoto	Palmares Paulista	Urânia
General Salgado	Palmeira d'Oeste	Urupês
Glicério	Paraíso	Valentim Gentil
Guapiaçu	Paranapuã	Valparaíso
Guaraçai	Parisi	Vista Alegre do Alto
Guarani d'Oeste	Paulo de Faria	Vitória Brasil
Guararapes	Pedranópolis	Votuporanga
Guzolândia	Penápolis	Zacarias
Ibaté	Pereira Barreto	-
Ibirá	Piacatu	-

15.3. O **LOTE 3** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Aguai	Guatapar	Ribeirão Preto
guas da Prata	Igarapava	Rifaina
guas de Lindóia	Ipuã	Sales Oliveira
Altinópolis	Itapira	Santa Cruz da Conceição
mparo	Itirapuã	Santa Cruz da Esperança
Aramina	Itobi	Santa Cruz das Palmeiras
Araras	Ituverava	Santa Ernestina
Barretos	Jaborandi	Santa Rosa de Viterbo
Barrinha	Jaboticabal	Santo Antnio da Alegria
Batatais	Jardinópolis	Santo Antnio do Jardim
Bebedouro	Jeriquara	São João da Boa Vista
Brodowski	Leme	São Joaquim da Barra
Buritizal	Lindóia	São José da Bela Vista
Caconde	Luís Antnio	São José do Rio Pardo
Cajobi	Miguelópolis	São Sebastião da Grama
Cajuru	Mococa	São Simão
Casa Branca	Mogi Guaçu	Serra Azul
Cássia dos Coqueiros	Mogi Mirim	Serra Negra
Colina	Monte Alegre do Sul	Serrana
Colmbia	Monte Alto	Sertãozinho
Conchal	Monte Azul Paulista	Severínia
Cravinhos	Morro Agudo	Socorro
Cristais Paulista	Nuporanga	Taiau
Divinolândia	Olímpia	Taiva
Dumont	Orlândia	Tambaú
Espírito Santo do Pinhal	Patrocínio Paulista	Tapiratiba
Estiva Gerbi	Pedregulho	Taquaral
Franca	Pitangueiras	Terra Roxa
Guaíra	Pontal	Vargem Grande do Sul

Guará	Pradópolis	Viradouro
Guaraci	Restinga	-
Guariba	Ribeirão Corrente	-

15.4. O **LOTE 4** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Americana	Itatiba	Pedreira
Artur Nogueira	Itupeva	Pinhalzinho
Atibaia	Jaguariúna	Piracaia
Bom Jesus dos Perdões	Jarinu	Santa Bárbara d'Oeste
Bragança Paulista	Joanópolis	Santo Antônio de Posse
Cabreúva	Jundiaí	Sumaré
Campinas	Louveira	Tuiuti
Campo Limpo Paulista	Monte Mor	Valinhos
Cosmópolis	Morungaba	Vargem
Elias Fausto	Nazaré Paulista	Várzea Paulista
Holambra	Nova Odessa	Vinhedo
Hortolândia	Paulínia	-
Indaiatuba	Pedra Bela	-

15.5. O **LOTE 5** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Águas de Santa Bárbara	Guareí	Pereiras
Alambari	Iaras	Piedade
Alumínio	Ibiúna	Pilar do Sul
Angatuba	Iguape	Pirapora do Bom Jesus
Apiaí	Ilha Comprida	Porangaba
Araçariguama	Iperó	Porto Feliz
Araçoiaba da Serra	Iporanga	Quadra
Arandu	Itaberá	Registro

Avaré	Itaí	Ribeira
Barão de Antonina	Itaóca	Ribeirão Branco
Barra do Chapéu	Itapecerica da Serra	Ribeirão Grande
Barra do Turvo	Itapetininga	Riversul
Barueri	Itapeva	Salto
Boituva	Itapevi	Salto de Pirapora
Bom Sucesso de Itararé	Itapirapuã Paulista	Santana de Parnaíba
Buri	Itaporanga	São Lourenço da Serra
Cajati	Itararé	São Miguel Arcanjo
Campina do Monte Alegre	Itu	São Roque
Cananéia	Jacupiranga	Sarapuí
Capão Bonito	Jandira	Sete Barras
Capela do Alto	Jumirim	Sorocaba
Carapicuíba	Juquiá	Taboão da Serra
Cerqueira César	Juquitiba	Taguaí
Cerquilha	Mairinque	Tapiraí
Cesário Lange	Manduri	Taquarituba
Coronel Macedo	Miracatu	Taquarivaí
Cotia	Nova Campina	Tatuí
Eldorado	Óleo	Tietê
Embu das Artes	Osasco	Torre de Pedra
Embu-Guaçu	Paranapanema	Vargem Grande Paulista
Guapiara	Parquera-Açu	Votorantim

15.6. O **LOTE 6** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Caieiras	Franco da Rocha	Santo André
Cajamar	Guarulhos	São Bernardo do Campo
Diadema	Mairiporã	São Caetano do Sul

Francisco Morato	Mauá	São Paulo
------------------	------	-----------

15.7. O **LOTE 7** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Aparecida	Itanhaém	Redenção da Serra
Arapeí	Itaquaquecetuba	Ribeirão Pires
Areias	Itariri	Rio Grande da Serra
Arujá	Jacareí	Roseira
Bananal	Jambeiro	Salesópolis
Bertioga	Lagoinha	Santa Branca
Biritiba Mirim	Lavrinhas	Santa Isabel
Caçapava	Lorena	Santo Antônio do Pinhal
Cachoeira Paulista	Mogi das Cruzes	Santos
Campos do Jordão	Mongaguá	São Bento do Sapucaí
Canas	Monteiro Lobato	São José do Barreiro
Caraguatatuba	Natividade da Serra	São José dos Campos
Cruzeiro	Paraibuna	São Luiz do Paraitinga
Cubatão	Pedro de Toledo	São Sebastião
Cunha	Peruíbe	São Vicente
Ferraz de Vasconcelos	Pindamonhangaba	Silveiras
Guararema	Piquete	Suzano
Guaratinguetá	Poá	Taubaté
Guarujá	Potim	Tremembé
Igaratá	Praia Grande	Ubatuba
Ilhabela	Queluz	-

15.8. Se houver a criação de um Município, este passará a fazer parte do **LOTE** do Município do qual foi desmembrado.

15.9. Se houver a extinção de um Município, as operações deste passarão a ser de responsabilidade do **LOTE** do Município que o incorporou.

16. DA LOCALIZAÇÃO DOS PÁTIOS

16.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá observar os parâmetros de localização, quantidade prevista de custódia de veículos e demais especificações para a localização dos **PÁTIOS PRINCIPAIS**.

16.2. A localização dos **PÁTIOS PRINCIPAIS** deverá ser escolhida com vistas a atender a demanda da **CONCESSÃO**, de maneira célere e eficiente, facilitando o deslocamento do **CIDADÃO-USUÁRIO** até o **PÁTIO PRINCIPAL** mais próximo.

16.3. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** poderão ser de titularidade da **CONCESSIONÁRIA** ou subcontratados por ela, nos termos do **CONTRATO**.

16.4. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** deverão estar localizados em área com acesso fácil de transporte público.

16.5. A localização dos **PÁTIOS PRINCIPAIS** deverá observar aos seguintes critérios:

16.5.1. Atendimento de, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos recolhimentos, em uma distância máxima de 30 (trinta) km de distância do **PÁTIO PRINCIPAL** mais próximo.

16.5.2. Atendimento de, no máximo, 0,15% (quinze décimos percentuais) dos recolhimentos, em uma distância acima de 50 (cinquenta) km, não podendo ser superior a 75 km.

16.5.3. A distância de que trata este subitem será calculada a partir do deslocamento pelas vias de transportes, urbano ou rodoviário, entre o **LOCAL DE RECOLHIMENTO** até o **PÁTIO PRINCIPAL**.

16.6. Os **PÁTIOS** deverão estar localizados nos municípios que integram a região de cobertura do respectivo **LOTE**.

17. DOS PÁTIOS

17.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter **PÁTIOS** veiculares em quantidade que considerar suficiente, observando os parâmetros de localização especificados no **TÍTULO V**

– **DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS PÁTIOS** deste **CADERNO DE ENCARGOS**, responsabilizando-se pela segurança e integridade física dos veículos recolhidos, bem como pelo atendimento da legislação pertinente quanto a alvarás, licenças de funcionamento e cuidados sanitários e ambientais, e demais especificações indicadas neste item.

17.2. Os **PÁTIOS** deverão possuir controle de acesso restrito às áreas de gestão da operação, iluminação e cercamento adequados em toda a sua extensão, mecanismos de prevenção de incêndio, de modo a garantir a segurança dos veículos contra furtos e roubos.

17.3. Os **PÁTIOS** deverão ser cercados em todo o seu perímetro, com altura e materiais que funcionem efetivamente como barreira contra invasões, de forma a garantir a segurança e a operacionalização contínua dos serviços.

17.4. A instalação de cobertura será obrigatória para, no mínimo, armazenar motocicletas, podendo ser guardados a céu aberto tão somente os veículos que não ofereçam risco de se tornar criadouros de *Aedes Aegypti* e de outros vetores de zoonoses, sendo que o descumprimento sujeitará a **CONCESSIONÁRIA** às penalidades contratuais.

17.5. Os **PÁTIOS** deverão possuir Sistema de Vigilância Interna e Externa, por meio de “**Circuito Fechado de Televisão - CFTV**”, que deverá, ao menos, ser suficiente para o controle dos acessos na entrada, visualização dos veículos armazenados e das fachadas do imóvel, além dos equipamentos necessários para visualização, monitoramento e gravação das imagens.

17.5.1. A **CONCESSIONÁRIA** disponibilizará, à **ARSESP**, ao **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** e ao **PODER CONCEDENTE**, acesso irrestrito ao “**Circuito Fechado de Televisão - CFTV**”.

17.5.2. As imagens do “**Circuito Fechado de Televisão - CFTV**” deverão ser armazenadas, pela **CONCESSIONÁRIA**, por, pelo menos, 5 (cinco) anos e disponibilizadas ao **PODER CONCEDENTE**, à **ARSESP** e ao **ÓRGÃO DE TRÂNSITO**, sempre que solicitadas.

17.5.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá promover a integração das câmeras de videomonitoramento utilizadas na execução do **CONTRATO** à infraestrutura tecnológica do Programa Muralha Paulista, instituído pelo Decreto Estadual nº 68.828, de 4 de setembro de 2024, observando rigorosamente os requisitos de compatibilidade técnica definidos pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

17.5.4. A obrigação prevista no item anterior abrange todas as câmeras de videomonitoramento instaladas em decorrência deste **CONTRATO**, sem prejuízo da integração de outros sensores, quando houver interesse público, mediante solicitação da Secretaria da Segurança Pública e validação pelo **PODER CONCEDENTE**.

17.5.5. A Secretaria da Segurança Pública poderá colaborar no geoposicionamento dos equipamentos, cabendo à **CONCESSIONÁRIA** garantir os meios necessários para assegurar a plena integração ao Programa Muralha Paulista.

17.6. Serão de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** as seguintes obrigações:

17.6.1. O pleno funcionamento de todas as instalações civis, elétricas e hidráulicas, equipamentos mecânicos e eletromecânicos, e demais itens e instalações necessários ao adequado funcionamento do respectivo **PÁTIO**.

17.6.2. A manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, infraestrutura e equipamentos, de acordo com as normas aplicáveis, utilizando pessoal qualificado e equipamentos de segurança; e

17.6.3. A adequada limpeza das áreas e destinação correta de resíduos, incluindo sua armazenagem, triagem, transporte, descarte e/ou aproveitamento.

17.7. Toda estrutura física, obrigatória e de apoio, com sistema de vídeo monitoramento, mobiliário e equipamentos de informática, será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**.

17.8. A área de atendimento, administração e local de armazenamento de veículos deverá atender às normas sanitárias, do corpo de bombeiros, ambientais e fiscais, além dos parâmetros de acessibilidade vigentes nas legislações federal, estadual e municipal.

17.8.1. As áreas de atendimento e administração deverão ser confortáveis para os funcionários e demais usuários das instalações.

17.9. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter a adequada sinalização nos **PÁTIOS**, buscando a perfeita operacionalização da prestação dos serviços, de forma a trazer eficiência na logística e gestão, bem como um padrão visual de qualidade.

17.10. A **CONCESSIONÁRIA** poderá usar soluções e métodos diferenciados e inovadores para custódia dos veículos, desde que respeitados os níveis de qualidade do serviço

estabelecidos no **CONTRATO** e anexos.

17.11. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** deverão ser implantados pela **CONCESSIONÁRIA** em quantidade e distribuição suficientes para assegurar o atendimento adequado da demanda de serviços do respectivo **LOTE**, considerada a área abrangida pelos Municípios previamente identificados pelo **PODER CONCEDENTE** no presente **CADERNO DE ENCARGOS**.

17.12. É facultado, à **CONCESSIONÁRIA**, a utilização de **PÁTIOS DE APOIO** para custódia de veículos recolhidos há mais de 30 (trinta) dias.

17.13. O **PÁTIO DE APOIO** deverá ser objeto de autorização pela **ARSESP** antes da sua plena utilização, por meio de emissão do **TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO**.

17.14. A **CONCESSIONÁRIA** que optar pela transferência do veículo de um **PÁTIO PRINCIPAL** para um **PÁTIO DE APOIO** arcará com os custos desta transferência.

17.14.1. Na hipótese do item 17.14, caso o **CIDADÃO-USUÁRIO** compareça para retirar seu veículo no **PÁTIO PRINCIPAL**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá trazer o veículo de volta no prazo de 24 horas, sem quaisquer tarifas adicionais, inclusive deixando de ser contada a **TARIFA DE CUSTÓDIA** a partir do momento da solicitação de retirada pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**.

18. DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO

18.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar um **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** da **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO** e a integração do **AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** com a **PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO**, observado o disposto no **ANEXO E – REQUISITOS DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

18.2. O **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** é um documento que descreve detalhadamente como a **CONCESSIONÁRIA** prestará os serviços no âmbito da **CONCESSÃO**.

18.3. O **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** deverá contemplar as seguintes **FASES**:

a. **FASE 1:** quando deverão ser implantados a **CENTRAL DE GESTÃO E**

MONITORAMENTO, o AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA, e os PÁTIOS nas localidades referidas no subitem 18.11 deste CADERNO DE ENCARGOS.

b. FASE 2: quando deverão ser implantados os **PÁTIOS** nas localidades referidas no subitem 18.13 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

c. FASE 3:, quando deverão ser implantados os **PÁTIOS** nas localidades referidas no subitem 18.15 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

18.4. O PLANO DE IMPLANTAÇÃO deverá ser encaminhado à **ARSESP** e ao **VERIFICADOR INDEPENDENTE** em até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do **CONTRATO**.

18.5. O PLANO DE IMPLANTAÇÃO deverá contemplar as seguintes informações:

a. Definição da localização, detalhamentos e contatos da **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO**.

b. Definição da localização dos **PÁTIOS** com a identificação da forma de contratação e dos prazos para entrada em operação, atendendo aos prazos máximos definidos para cada **FASE**.

c. Especificação do quadro de pessoal de cada **PÁTIO**.

d. Estratégia para contratação ou aquisição dos equipamentos de recolhimento.

e. Procedimentos e rotinas para garantia da integridade física dos veículos durante os Serviços de Recolhimento e Custódia.

f. Detalhamento de rotinas e procedimentos a serem utilizados para o atendimento de solicitações de **OPERAÇÕES**.

g. Detalhamento de procedimentos a serem seguidos para o reparo de eventuais danos ocasionados nos veículos recolhidos pela **CONCESSIONÁRIA**, nos termos do item 8.16 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

h. Procedimentos para preparação dos Leilões.

- i. Procedimentos para atendimento ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, solucionando dúvidas, registrando falhas, reclamações, comentários e ocorrências, e orientando-os.
- j. Estratégia para divulgação do “**Canal de Atendimento ao CIDADÃO-USUÁRIO**”. para registro de reclamações, solicitações e sugestões.
- k. Procedimentos para o recebimento das **TARIFAS** pelos **CIDADÃOS-USUÁRIOS**, com indicação dos meios e as condições de pagamentos disponíveis, observado as diretrizes e requisitos estabelecidos no **TÍTULO III - DA POLÍTICA TARIFÁRIA** deste **CADERNO DE ENCARGOS**.
- l. Apresentação de “Plano de Contingência”, considerando o processo de implantação do serviço e a fase de operação, contendo, no mínimo, a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de implantação e operação.
- m. Apresentação do **PLANO DE INTEGRAÇÃO E GOVERNANÇA DOS SISTEMAS** de que trata o **ANEXO E – REQUISITOS DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.
- n. Definição da empresa ou consórcio de empresas selecionado para atuar como **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, acompanhado da documentação comprobatória de sua contratação.
- o. Apresentação do **PLANO DE SEGUROS**.

18.6. A **ARSESP**, com apoio do **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, deliberará sobre o **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** em até 20 (vinte) dias contados da entrega pela **CONCESSIONÁRIA**.

18.6.1. Aprovado o **PLANO DE IMPLANTAÇÃO**, a **ARSESP** emitirá o **TERMO DE INÍCIO DE IMPLANTAÇÃO**.

18.6.2. Em caso de não aprovação do **PLANO DE IMPLANTAÇÃO**, a **ARSESP** deverá informar à **CONCESSIONÁRIA** os itens que deverão ser incluídos, ajustados e/ou complementados.

18.6.3. A **CONCESSIONÁRIA** disporá do prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data

em que for formalmente comunicada da não aprovação, para realizar os ajustes necessários e reenviar o **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** à **ARSESP**.

18.6.4. Após o recebimento do **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** ajustado, a **ARSESP**, com apoio do **VERIFICADOR INDEPENDENTE** terá o prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de seu recebimento, para deliberar sobre sua aprovação ou rejeição final.

18.6.5. Se a **ARSESP** não se manifestar no prazo de 20 (vinte) dias, o **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** será considerado aprovado, sem prejuízo da obrigatória realização das providências necessárias para a adequação dos **SERVIÇOS** ou **PÁTIOS** aos parâmetros contratuais, em virtude de ulterior determinação da **ARSESP**.

18.7. Com o intuito de otimizar a execução das obras ou, ainda, melhorar a prestação dos serviços, poderá a **CONCESSIONÁRIA** alterar o conteúdo do **PLANO DE IMPLANTAÇÃO**, mediante prévia e expressa anuência da **ARSESP**.

18.8. O dia útil imediatamente posterior à emissão, pela **ARSESP**, do TERMO DE INÍCIO DE IMPLANTAÇÃO constituirá o termo inicial da correspondente etapa, estando a **CONCESSIONÁRIA** autorizada para iniciar as providências de implantação, sem prejuízo do início da implantação na hipótese de aprovação tácita prevista no item 18.6.5.

18.9. Para a implantação de cada **PÁTIO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar, à **ARSESP** e ao **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, os respectivos projetos executivos, nos termos do **CONTRATO**.

18.10. A implantação da **FASE 1** deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do primeiro dia útil imediatamente posterior a emissão, pela **ARSESP**, do TERMO DE INÍCIO DE IMPLANTAÇÃO.

18.11. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** que compõem a **FASE 1**, em cada **LOTE**, devem abranger as seguintes **LOCALIDADES**, conforme **ANEXO G – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS LOTES**.

LOTE	LOCALIDADES - FASE 1
I	BAURU JAÚ MARÍLIA

LOTE	LOCALIDADES - FASE 1
	PRESIDENTE PRUDENTE
II	ARAÇATUBA ARARAQUARA CATANDUVA LIMEIRA PIRACICABA RIO CLARO SÃO CARLOS SÃO JOSÉ DO RIO PRETO BIRIGUI
III	ARARAS FRANCA MOGI GUAÇÚ RIBEIRÃO PRETO
IV	BRAGANÇA PAULISTA CAMPINAS ITATIBA JUNDIAÍ
V	BARUERI ITAPECERICA DA SERRA ITÚ OSASCO SOROCABA
VI	CAIEIRAS GUARULHOS SANTO ANDRÉ SÃO BERNARDO DO CAMPO
VII	GUARUJÁ MOGI DAS CRUZES PRAIA GRANDE SANTOS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SUZANO TAUBATÉ

18.12. A implantação da **FASE 2** deverá ocorrer em até 250 (duzentos e cinquenta) dias, contados do primeiro dia útil imediatamente posterior a emissão, pela **ARSESP**, do TERMO DE INÍCIO DE IMPLANTAÇÃO.

18.13. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** que compõem a **FASE 2**, em cada **LOTE**, devem abranger as seguintes **LOCALIDADES**, conforme **ANEXO G – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS LOTES**.

LOTE	LOCALIDADES - FASE 2
I	ASSIS BOTUCATU LINS MACATUBA OURINHOS
II	IBITINGA PIRASSUNUNGA TAQUARITINGA VOTUPORANGA
III	BARRETOS BEBEDOURO JABOTICABAL SÃO JOÃO DA BOA VISTA SÃO JOAQUIM DA BARRA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO SERRA NEGRA SERTÃOZINHO
IV	-
V	ARAÇOIABA DA SERRA ITAPETININGA PIEIDADE TATUÍ
VI	-
VII	GUARATINGUETÁ JACAREÍ PINDAMONHANGABA

18.14. A implantação da **FASE 3** deverá ocorrer em até 360 (trezentos e sessenta) dias, contados do primeiro dia útil imediatamente posterior a emissão, pela **ARSESP**, do TERMO DE INÍCIO DE IMPLANTAÇÃO.

18.15. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** que compõem a **FASE 3**, em cada **LOTE**, devem abranger as seguintes **LOCALIDADES**, conforme **ANEXO G – ÁREA DE ABRANGÊNCIA**

DOS LOTES.

LOTE	LOCALIDADES - FASE 3
I	ADAMANTINA BROTAS CONCHAS DRACENA DUARTINA EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA NANTES PALMITAL PARAGUAÇU PAULISTA PIRAJU PIRAJUÍ PIRAPOZINHO PRESIDENTE VENCESLAU SANTA CRUZ DO RIO PARDO TUPÃ
II	ANDRADINA AURIFLAMA FERNANDÓPOLIS ICEM ILHA SOLTEIRA JALES JOSÉ BONIFÁCIO MIRANDÓPOLIS MIRASSOL NHANDEARA NOVA GRANADA NOVO HORIZONTE PENÁPOLIS PEREIRA BARRETO PONTES GESTAL SANTA FÉ DO SUL UCHÔA

LOTE	LOCALIDADES - FASE 3
III	BATATAIS CAJURÚ CASA BRANCA CRAVINHOS ITUVERAVA OLÍMPIA PEDREGULHO PRADÓPOLIS SÃO SIMÃO
IV	-
V	ANGATUBA APIÁI AVARÉ CAPÃO BONITO IGUAPE ITAPEVA ITAPORANGA ITARARÉ JUMIRIM MAIRINQUE PARIQUERA-AÇU REGISTRO TAQUARITUBA
VI	-
VII	ARAPEÍ CAMPOS DO JORDÃO CARAGUATATUBA CRUZEIRO ITANHAÉM PERUÍBE SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA SÃO SEBASTIÃO UBATUBA

18.16. As localidades previstas nas **FASES 1, 2 e 3** poderão ser antecipadas ou alteradas, por solicitação da **CONCESSIONÁRIA**, por razões de interesse público devidamente justificadas, desde que haja prévia aprovação pela **ARSESP**, ouvidos o **PODER CONCEDENTE** e o **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** responsável.

18.17. Cada um dos **PÁTIOS** só poderá iniciar a operação dos serviços mediante a emissão do **TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO** pela **ARSESP**, após a realização de vistoria com o intuito de verificar o atendimento aos critérios de implantação indicados neste **CADERNO DE ENCARGOS**.

18.18. O **TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO** deverá ser emitido em até 20 (vinte) dias após a comunicação de implantação do **PÁTIO** pela **CONCESSIONÁRIA**, caso o **PÁTIO** tenha atendido aos critérios de implantação indicados neste **CADERNO DE ENCARGOS**.

18.19. Se a **ARSESP** não se manifestar no prazo de 20 (vinte) dias, o **TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO** será considerado emitido.